

HELENA MARROIG BARRETO

ALÉM DO FETICHE AMAZÔNICO

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1273

ALÉM DO FETICHE AMAZÔNICO

Resumo

Este artigo investiga criticamente as representações hegemônicas da Amazônia, analisando como narrativas fetichizadas constroem a região como um espaço abstrato e funcional à lógica da acumulação capitalista. Argumenta-se que tais imagens apagam a complexidade socioecológica amazônica, reduzindo-a a dinâmicas mercantis, processo intensificado sob o neoliberalismo por meio do discurso de sustentabilidade. A partir do conceito de fetichismo da mercadoria, o texto examina como a Amazônia é permanentemente reimaginada por interesses do capital, desde mitos coloniais até visões contemporâneas que a apresentam como “última fronteira”. O artigo propõe que essas representações não são simples falseamentos, mas relações de poder que organizam a sociabilidade e cristalizam a dominação capitalista sobre o território. Por fim, discute-se como a mercantilização contemporânea da natureza, sobretudo através do paradigma de serviços ecossistêmicos, se organiza na região. Pondera-se que no neoliberalismo, o ambientalismo se torna um vetor de apropriação da natureza, internalizando e neutralizando lutas ecológicas. Isso aprofunda a reificação da Amazônia e amplia os processos de dominação e acumulação, ao mesmo tempo que apaga modos de vida alternativos e a diversidade concreta da região.

Palavras-chave: fetichismo da natureza; Amazônia; neoliberalismo

HELENA MARROIG BARRETO

Professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Email: helenamarroig@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0241-827X>

Abstract

This article critically investigates hegemonic representations of the Amazon, analyzing how fetishized narratives construct the region as an abstract space, functional to the logic of capitalist accumulation. It argues that such images erase the Amazon's socio-ecological complexity, reducing it to market dynamics, a process intensified under neoliberalism through the discourse of sustainability. Drawing on the concept of commodity fetishism, the text examines how the Amazon is permanently reimagined by capital interests, from colonial myths to contemporary views that present it as the "last frontier". The article proposes that these representations are not simple misrepresentations, but rather power relations that organize sociability and crystallize capitalist domination over the territory. Finally, it discusses how the contemporary commodification of nature, especially through the ecosystem services paradigm, is organized in the region. It argues that under neoliberalism, environmentalism becomes a vector for the appropriation of nature, internalizing and neutralizing ecological struggles. This deepens the reification of the Amazon and expands the processes of domination and accumulation, while at the same time erasing alternative ways of life and the concrete diversity of the region.

Keywords: Nature fetishism; Amazon; Neoliberalism

Introdução

A crise ecológica é hoje uma das questões mais urgentes de nosso tempo. O capitalismo, com o imperativo de acumulação que engendra uma degradação ambiental imanente, tem acelerado uma crise ecológica de tal maneira nas últimas décadas que hoje são ameaçadas as próprias bases que sustentam a humanidade no planeta. Nesse contexto, a Amazônia emerge como um epicentro das questões socioambientais globais — não apenas por sua biodiversidade incomparável ou seu papel crucial na regulação climática, mas também por ser um território em disputa, onde se chocam projetos de exploração e preservação, bem como resiste a defesa de outros modos de vida.

Com aproximadamente 7,5 milhões de km², a Amazônia se estende pelo centro-leste da América do Sul, abrigando a maior floresta tropical úmida do mundo e enormes recursos hídricos, além de uma complexa teia de ecossistemas: cerrados, várzeas, manguezais e redes fluviais que sustentam populações tradicionais há milênios. No Brasil, a chamada Amazônia Legal — conceito instituído em 1953 para organizar políticas do dito desenvolvimento econômico para a região — cobre 58,9% do território nacional e concentra 56% da população indígena do país, de acordo com o IBGE. Assim, a Amazônia é sobretudo uma região diversa e heterogênea.

A despeito desta complexidade, a Amazônia tem ocupado um lugar de destaque nos debates sobre a natureza e sobre o Brasil, a partir de imagens que a retratam de maneira unidimensional, mitos amazônicos que apagam a complexidade concreta da região. Desde as narrativas coloniais de El Dorado, passando pelo “santuário intocado” que deve ser desbravado, até as visões contemporâneas que a enxergam como “última fronteira” do capital, a Amazônia é permanentemente reimaginada conforme os interesses em disputa.

Ainda que insuficientes, essas representações não são meros falseamentos da realidade, como distorções ideológicas. São imagens que organizam uma sociabilidade, sendo, portanto, relações de poder, um fetiche. Como já nos indicava Marx, mais do que uma “falsa consciência” sobre a realidade,

as aparências construídas no capitalismo são representações mistificadas que as relações sociais alienadas precisam assumir, invertendo e cristalizando relações sociais nas formas concretas. Ou seja, as aparências capitalistas são reificações que cristalizam relações sociais e assim reproduzem uma sociabilidade que nos domina.

Portanto, compreender a representação da Amazônia não se trata apenas de denunciar uma falsa consciência sobre a região. Trata-se de revelar os processos sociais que a abstraem para os circuitos econômicos do capital e o tipo de sociabilidade que estas imagens impõem.

É isso que buscaremos fazer neste artigo. Na primeira seção, buscaremos retomar o debate sobre o fetichismo da mercadoria e argumentar como ele é importante para compreender as questões ecológicas contemporâneas que permeiam o debate amazônico. Em seguida, buscaremos delinear as principais imagens hegemônicas que configuram nosso imaginário amazônico, e como surgem em consonância com o processo de acumulação capitalista na região. Na seção seguinte, buscaremos argumentar de que modo, na emergência do capitalismo contemporâneo, a representação da natureza enquanto estoque de recursos entra em crise, o que dá espaço para a emergência de novas sociabilidades e nova representação da natureza como um capital natural provedor de serviços. Retornamos à Amazônia para argumentar como se intensificam as narrativas de preservação na região através de sua mercantilização em serviços ecossistêmicos, uma nova forma de reificação deste território que acelera os processos de dominação e acumulação do capital.

I. Fetichismo da mercadoria e fetichismo da natureza

Antes de tocarmos nas representações da Amazônia como um fetiche capitalista, precisamos explicitar aqui o que entendemos por tal categoria. Para isso, retomamos o debate empreendido por Marx sobre o fetichismo da mercadoria. Esse é um debate central para entender as formas de representação capitalistas, e assim nos ajuda a compreender de maneira mais estrutural as formas históricas de apropriação da natureza.

Marx encerra o primeiro capítulo do livro *O Capital* abordando o fetichismo da mercadoria. A palavra fetiche indica um objeto mágico, ao qual se atribuem poderes especiais (Carcanholo, 2019). Marx aponta que a mercadoria, à primeira vista, parece um objeto simples, mas, quando é investigada com mais atenção, se revela com um caráter misterioso:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores” (Marx, 2013, p. 138).

A mercadoria é uma unidade de contrários, valor e valor de uso, resultante do trabalho humano em seu duplo caráter, concreto e abstrato. Mas essas determinações, em sua complexidade, não são visíveis quando olhamos mercadorias no dia a dia. A aparência da mercadoria esconde sua essência. A aparência toma a forma de uma coisa, uma objetificação cristalizada. Mas a essência se revela uma relação social. Assim, Marx destaca que as formas capitalistas aparecem como dotadas de propriedades naturais, quando na realidade são resultantes de processos, de uma organização social historicamente específica. A isso corresponde o fetiche¹.

Grespan (2019) nos alerta aqui que não é sobre a mercadoria que recai o fetiche, mas também sobre todas as formas sociais mais complexas produzidas

¹ Marx repetidas vezes retoma a contraposição das relações sociais capitalistas com formações sociais anteriores, em que o domínio social era expresso de maneira direta. No capitalismo, a dominação é abstrata, econômica, nada obriga ou informa os produtores isolados sobre as necessidades sociais. Numa sociedade com uma avançada divisão de trabalho, algum arranjo social deve organizar a produção. Na sociedade feudal, por exemplo, o domínio direto da servidão impunha decisões produtivas aos trabalhadores e assim as necessidades sociais eram endereçadas, ainda que desigualmente. O trabalho era imediatamente social, se direcionava a atender necessidades colocadas.

No capitalismo, os produtores executam sua produção sem saber se conseguirão vender suas mercadorias e assim se apropriar de seu valor. Apenas nas trocas os trabalhos particulares são igualados enquanto valor, validados socialmente, post festum. Assim, os trabalhadores não possuem nenhuma conexão social *a priori*, apenas pelo mercado, pelo capital. O valor, em seus múltiplos desdobramentos, é o que medeia essa sociabilidade. Assim, as relações entre as pessoas, enquanto produtores/trabalhadores, só aparecem indiretamente por meio de seus produtos, por meio das mercadorias e da troca. O caráter social entre as pessoas é transferido para seus produtos, pois de fato são eles que organizam a sociabilidade. Os traços sociais do trabalho humano aparecem como traços objetivos das mercadorias, como características naturais suas.

na sociabilidade capitalista, como o dinheiro, o capital, e outros de seus desdobramentos.

O processo do fetiche não é simplesmente uma ilusão cognitiva. A alienação social engendradora tem suas raízes na forma de organização desta sociedade, de dominação indireta pelo capital. As formas mistificadas são reproduzidas inconscientemente pelos indivíduos, automaticamente, não porque estão enganados, mas porque estão inseridos nesta sociabilidade específica. A abstração social do processo da troca, que faz emergir o valor, é uma abstração real, que tem base na realidade e molda seu desenvolvimento. Assim, a aparência não é uma falsa imagem que deve ser desvendada, mas uma representação necessária da essência.

Neste sentido, a sociedade capitalista impõe uma dinâmica que escapa ao controle dos indivíduos. A lógica do capital, de se autoexpandir, é executada pelos trabalhadores como se lhes fosse natural e necessária, como se fosse algo externo e fora de seu controle. Essa lógica oprime os trabalhadores, já que eles se submetem a um processo produtivo que se converte também para eles em um processo de exploração. Portanto, a relação capitalista impede a real emancipação humana, ainda que diante de uma abismal acumulação de riquezas, pois essa acumulação tem por propósito apenas a constante expansão, e não o atendimento a necessidades sociais ou individuais. É neste sentido que Marx destaca o caráter alienado (ou estranhado, ou fetichizado) do modo de produção capitalista, em que os trabalhadores perdem o controle de sua produção social. E pior, são submetidos a ela, dominados e condenados a reproduzir a lógica voraz da acumulação de capital que os degrada, e que aparece como uma coisa sobre a qual não têm controle e mal podem enfrentar.

Além da inversão entre pessoas e coisas, o capital opera de fato uma inversão entre sujeito e objeto. Os seres humanos, através do trabalho, são os sujeitos históricos capazes de transformar suas condições objetivas de existência. No entanto, no capitalismo, o trabalho se apresenta cristalizado nas mercadorias, seu valor objetificado aparece como algo intrínseco, e se mistifica

como objeto. Quem comanda o processo produtivo é o valor-capital, esta entidade estruturante da sociedade capitalista. Portanto, o capital aparece como sujeito desta sociedade, um *sujeito automático* que se reproduz por si mesmo, ao impor sua lógica sobre as pessoas. E o trabalho humano, que edifica o mundo do capital, aparece como seu objeto, apropriado e controlado por ele.

Marx (2013) expõe essa dinâmica de sociabilidade estranhada ao longo de todo *O Capital*, em diversas esferas. Mas o fetichismo já é revelado ao final da discussão sobre a mercadoria, com elementos muito abstratos, pois a alienação é um processo lógico a partir do aspecto aparente mais imediato do capitalismo, seu caráter mercantil generalizado. No entanto, para que os trabalhadores/produtores tenham que se submeter a esta dinâmica, eles devem ser privados de qualquer outra forma de subsistência, e ter no mercado, através da venda de sua força de trabalho, sua única forma de sobrevivência. Para impor essa lógica autoexpansiva, é vital que os trabalhadores dependam do mercado para sobreviver, e, para isso, que sejam expropriados de qualquer meio de vida que não a sua força de trabalho.

Portanto, o debate do fetichismo está intimamente vinculado ao processo de *separação* dos seres humanos de seus meios de vida, e da natureza enquanto base material para tal. Esta separação é o pressuposto lógico da sociabilidade estranhada capitalista. É este o processo de acumulação primitiva que Marx descreve em *O Capital*, de fundação e reprodução das bases sociais do capitalismo, uma separação da humanidade da natureza a fim de dominar os trabalhadores, e em consequência o próprio metabolismo (Angelis, 2001). Só através desta separação o capitalismo pôde produzir uma sociedade de mercado em que quase a totalidade dos indivíduos deve vender sua força de trabalho para sobreviver.

Isso nos dá pistas para compreendermos o papel da natureza no capitalismo. O processo de separação funda a dicotomia entre humanidade e natureza como campos apartados e autônomos entre si. Como argumentava Marx em suas reflexões sobre trabalho e metabolismo, o ser humano faz

parte da natureza em uma relação dialética, sendo condicionado por ela e a transformando ativamente. Mas para a fundação das relações capitalistas, e sua permanente reprodução, é necessário que essa relação seja apagada. Esta é a base para o dualismo cartesiano que Moore (2015)² identifica no pensamento social moderno, que coloca humanidade e natureza em dois polos objetivos apartados.

Para o autor, essa lógica cartesiana permite decompor a natureza em unidades discretas, fragmentá-la, para incorporá-la como um meio de produção. As relações sociais capitalistas representam então a natureza, seja ela humana ou extra-humana, como uma *natureza social abstrata*. Um rio se torna simplesmente uma fonte de energia, ou recurso hídrico. Uma jazida é considerada pelos metais que dali se podem extrair produtivamente. Uma pradaria se torna uma terra de oportunidade para a pecuária. Todos avaliados pelos rendimentos que sua utilização capitalista pode prover. As múltiplas qualidades desses espaços se apagam, bem como o metabolismo necessário para a apreensão historicamente específica desses espaços naturais. Essa lógica simplificadora é real, pois implica uma prática violenta de apropriação capitalista da natureza.

A abstração da natureza como um espaço externo à humanidade é essencial para a constituição das relações sociais capitalistas. Essa separação é o pressuposto lógico do capitalismo, pois, como destacado, impõe a privação dos seres humanos de seus meios de vida, como constituição da classe trabalhadora. Assim, essa exteriorização da natureza é a condição histórica do capitalismo, que precisa ser também reproduzida permanentemente.

Este é o fetiche da natureza. Apenas dentro da sociedade do capital a natureza pode ser pensada como uma coisa externa, como um campo apartado do próprio trabalho humano. Portanto, sua representação separada é uma representação da própria relação social do capital.

² Jason Moore é um geógrafo estadunidense que busca fazer uma reinterpretação do capitalismo como uma *ecologia mundo*, revendo categorias marxistas para uma centralidade ecológica. Para uma apreciação crítica de suas principais formulações, sugere-se Rech et al. (2024).

Para investigarmos o fetiche, é necessário não apenas compreendermos essa separação imanente, mas também sua processualidade histórica. Pois, ao longo do desenvolvimento capitalista, novas formas de organizar esta separação vão sendo organizadas, como uma acumulação primitiva permanente (Angelis, 2001). A forma social da natureza, como um campo externo à humanidade, é, portanto, uma representação fetichizada em constante movimento, a partir da dinâmica de acumulação de capital.

2. Amazônia: representações e apropriações na história

Como já delineamos na introdução, a Amazônia é um território complexo, de diversidade ecológica e social. Entretanto, sua representação em geral se organiza por um reducionismo que parte de relações sociais específicas. Queremos aqui retomar brevemente o histórico destas representações hegemônicas e como elas se relacionam ao processo de transformação capitalista da região.

De início, devemos destacar que a Amazônia é um espaço historicamente construído, não apenas discursivamente, mas em sua própria materialidade. A ideia de uma Amazônia prístina vem sendo desconstruída pelas pesquisas antropológicas e arqueológicas recentes, que destacam as complexas tecnologias desenvolvidas pelos povos da região e que ajudaram a moldar o território.

Para além das grandes civilizações urbanas andinas (os famosos povos incaicos), cuja influência se estendeu esporadicamente até a Amazônia, inúmeras sociedades indígenas moldaram ativamente a paisagem da região ao longo de milênios. Esses povos desenvolveram estratégias sofisticadas de manejo ambiental, desde a criação de solos férteis (como as terras pretas) até sistemas agroflorestais complexos. Suas intervenções não apenas sustentaram populações significativas, mas também transformaram ecossistemas, desafiando a noção de uma floresta intocada. A Amazônia pré-colonial era, assim, um espaço dinâmico, marcado por uma imensa variedade de

culturas, redes de intercâmbio e formas de habitar o território — um legado que resiste, ainda que fragmentado, nos conhecimentos tradicionais dos povos originários hoje.

Por exemplo, a Amazônia foi um importante centro de domesticação de plantas como estratégia de subsistência, em que se geriam recursos florestais por seleção e propagação. Hoje concentrações antrópicas de castanheiras, açai e outras espécies úteis são resultado disso. Também, já foram identificadas obras pré-colombianas com construções de estradas e modificação de relevo. O resultado mais impressionante é a formação dos chamados campos de *terra preta*, terras agricultáveis criadas a partir da combinação do solo amazônico com conchas e outros resíduos orgânicos, além de diversas obras de terraplanagem. Nas regiões alagadas, barragens e viveiros de peixes eram construídos para gerenciar a fauna aquática. A Amazônia que os europeus vieram a conhecer no século XVI não era nem um pouco “natural”, mas uma construção humana, um metabolismo muito próprio (Graeber & Wengrow, 2021; Clement *et al.*, 2015).

A chegada dos europeus em nosso continente daria início a profundas transformações na região. No contexto da expansão colonial, a Amazônia foi registrada por cronistas e cientistas que primeiro se aproximam. É neste momento que surgem os mitos da cidade perdida de El Dorado e das mulheres guerreiras, as Amazonas, guardiãs de tesouros escondidos (Batista, 2013). O retrato desenhado então, como destaca Batista (2013), é de “terra primaveril, rica em caça, pesca e frutos, fértil e rica em minérios, habitada por índios belicosos, mas passíveis de conquista, graças à superioridade bélica dos europeus”³. A natureza pujante, de difícil domesticação, será o

³ Devemos destacar que a suposta superioridade tecnológica europeia é aqui posta à prova, pois há grande dificuldade de se estabelecer na região. De maneira similar ao que argumenta Rodney sobre a relação entre a Europa e a África no período da colonização, as tecnologias do velho continente só eram superiores em algumas áreas-chave, que permitiriam dominar militarmente outras regiões e o comércio mundial. Mas persistiriam dificuldades em se adaptar em territórios distintos, onde outras sociedades já haviam desenvolvido técnicas mais adequadas, e os conhecimentos europeus não ajudariam em uma penetração geográfica dos colonizadores na Amazônia, de flora e fauna tão distintas. Essa imagem de indígenas atrasados sugere mais uma leitura colonial, que apaga a mencionada diversidade social e tecnológica adaptativa que os povos locais haviam desenvolvido.

primeiro elemento definidor que unificará uma imagem do que é a Amazônia (Gonçalves, 2017).

O contato inicial era pontual, apenas buscando a construção de entrepostos que custodiassem a abundância material identificada. São desenvolvidas atividades extrativistas em torno das “drogas do sertão”, o cravo, da canela, da castanha, da salsaparrilha e do cacau, além das madeiras e caça de animais (Prado Jr., 1998). As primeiras impressões do “novo continente” são de um enorme estoque de recursos amplamente disponível, mas dos quais seria difícil o aproveitamento econômico imediato. Essa “abundância indomável” será importante para as disputas mercantilistas, em que, através da busca de produtos de alto valor comercial e fácil extração, vão se definindo os limites territoriais das colônias (Prado Jr., 1998). A Amazônia será então o território do futuro, uma reserva [econômica]. Se conforma então como uma periferia regional, marcada como o epicentro da natureza no mundo capitalista que pela primeira vez se conformava como um mercado mundial.

Como argumenta Batista (2013), junto desta construção da Amazônia como natureza selvagem e farta, se construía também a imagem de um vazio demográfico, que conforma uma alteridade a ser dominada. As populações originárias são retratadas como indolentes, avessas ao trabalho, o que suscita seu controle a fim de desenvolver a região. A partir desta imagem, se ampliam as ocupações pelas ordens religiosas, em especial os jesuítas e carmelitas, que, de maneira dispersa, iniciarão uma ocupação mais interiorana na região, amparada na evangelização e escravização indígena. É neste processo que avança o genocídio indígena que desmonta as civilizações pré-colombianas que viviam na região. Quando, no período de Pombal, são desorganizadas as ordens religiosas, não se rompe com este modelo de ocupação, agora sob liderança dos portugueses, amparados na mão de obra formalmente livre mas precarizada de indígenas.

No final do século XIX, com o processo de vulcanização, que permite o uso industrial da borracha, que logo deslança com a expansão do uso do

automóvel, há um *boom* da região. No chamado ciclo da borracha, a Amazônia, lar da maior reserva nativa de seringueiras, será rapidamente integrada nos circuitos de exportação de látex, atraindo enorme migração de trabalhadores nordestinos, especialmente vulneráveis diante das secas. Instituem-se aí formas de trabalho precárias e análogas à servidão por dívida (o sistema de aviamento). Mas o ciclo, típico de um *boom* primário-exportador, rapidamente se reverte quando se inicia o plantio de seringueiras na Ásia, e o parco dinamismo econômico deixa espaço para a grande miséria. Quando há um novo *boom*, na Segunda Guerra Mundial, com os produtores asiáticos sob domínio do Eixo, há uma retomada da produção seringueira na Amazônia, que perdurará, mas sob comando estatal, novamente com este caráter de enclave, sem propiciar um desenvolvimento local mais amplo (Marques, 2017).

Enquanto se organiza e se avança com o projeto de nação alinhada ao projeto desenvolvimentista⁴, a Amazônia aparece como um entrave à integração. A difícil domesticação do território surge agora como um problema para as questões de soberania e segurança nacional, o que exige que ela seja integrada de maneira mais aprofundada à acumulação nacional. Para isso, o Estado começara a organizar um projeto regional, articulado a iniciativas das Forças Armadas de ocupação do território e com incentivo de entrada de empresas estrangeiras. No governo de Juscelino Kubitschek, isso se inicia através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e com a construção de rodovias (como a Belém-Pará), que desencadeiam um processo de conexão física da Amazônia ao resto do país (Marques, 2007; Trindade & Ferraz, 2023).

Sob a ditadura militar, o projeto desenvolvimentista recrudesce, acelerando a acumulação de capital sob um signo autoritário e conservador. Para

⁴ Não cabe aqui uma profunda discussão sobre o desenvolvimentismo brasileiro. Indicamos apenas, como definem Bielschowsky e Mussi (2005), o desenvolvimentismo como uma ideologia que associava o desenvolvimento nacional e a superação da dependência com o processo de industrialização conduzido pelo Estado. Após um declínio ideológico nos anos 1960, o desenvolvimentismo ressurgiu de forma abertamente autoritária e subalterna ao capital estrangeiro, impondo aceleradamente aos diversos territórios a integração à modernização do capitalismo nacional.

a Amazônia, o projeto integracionista avança sob o slogan “Integrar para não entregar”. A ocupação territorial deste território sofrerá nova aceleração, com a regulamentação da Zona Franca de Manaus, atraindo grandes multinacionais, e o avanço da exploração de empreendimentos minerais, hidrelétricos, do complexo agroindustrial e pecuário. Se destaca ainda o projeto faraônico da rodovia transamazônica (Marques, 2007).

A imagem de uma terra rica em recursos é reeditada neste período, quando se busca intensificar o investimento em infraestrutura para ampliar o aproveitamento econômico da região, em favor do capital nacional e internacional. A Amazônia aparece nos discursos oficiais como um “território vazio”, que deveria ser ocupado para fortalecer a segurança e a integração nacional dentro do projeto de um Brasil Potência (Batista, 2013). Mas, de fato, a expansão da ocupação na região servia como válvula de escape para as tensões sociais do Nordeste, em que a modernização no campo operada pela ditadura ampliava a fronteira agrícola e expulsava enormes contingentes de pequenos agricultores. A ocupação buscava ainda enfrentar a ameaça da luta armada, que se expandia para uma guerrilha, podendo alcançar a região, o que também preocupava o regime (Gonçalves, 2017). Assim, se configura no período a Amazônia como a grande fronteira de expansão territorial demográfica, consolidando uma fronteira de acumulação capitalista nacional (Trindade & Ferraz, 2023).

Este projeto de Amazônia-fronteira entra em crise junto ao modelo desenvolvimentista ao final dos anos 1970. As dificuldades de continuidade de financiamento do Estado, a partir do cenário de estagflação global e crise da dívida, revertem os grandes investimentos planejados na região. Neste momento, também se fortalecem importantes movimentos sociais locais que resistem aos processos de expropriação e ao dito desenvolvimento, sendo o mais célebre o Conselho Nacional dos Seringueiros, com a liderança de Chico Mendes.

Os anos 1970 são uma década de transição, em que se esfacelam as bases do capitalismo do pós-guerra e se gesta um novo tipo de relação social, o

neoliberalismo, que renovará a acumulação de capital através de processos de financeirização, globalização e precarização do trabalho. É neste período que mobilizações sobre a temática ecológica aparecem com força, ganhando espaço nos debates internacionais. A emergência da questão ambiental acirrou embates entre visões aparentemente antagônicas de desenvolvimento, opondo modelos produtivistas a abordagens preservacionistas. De fato, é neste momento que a conservação ambiental vai se tornar um objeto dos discursos e das políticas (Nelson, 2017). Fóruns internacionais como a Conferência de Estocolmo em 1972 e a Eco-92 no Rio de Janeiro passam a organizar uma agenda global de “desenvolvimento sustentável”. Assim, a natureza se converte em uma arena política em disputa (Becker, 2006).

Em meio a essas disputas, são criados o Ministério do Meio Ambiente (em 1985, inicialmente com outra denominação) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc (em 2000). A criação de Unidades de Conservação é feita em um viés conservador que aprofunda o problema agrário local com a expulsão de milhares de famílias camponesa.

Neste contexto, a Amazônia passa a ser percebida globalmente como um espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta (Becker, 2006). Essa imagem mobiliza grupos ambientalistas que disputam o desenvolvimento capitalista, mas também atores do capital que percebem aí interesses econômicos e políticos diversos, que buscam se apropriar dos recursos amazônicos para a nascente indústria da biotecnologia e para mercados financeiros. Agências internacionais, como o Banco Mundial e o BID, que até os anos 1980 financiavam grandes projetos de desenvolvimento, agora passam a operar estudos que mapeiam a biodiversidade local, fomentando sua preservação. Cresce a presença de Organizações Não-governamentais (ONGs) no território amazônico, que retratam o valor da Amazônia a partir de sua diversidade de recursos ecológicos, no que, de acordo com Camely (2009), participam de um projeto imperialista norte-americano de controle da região.

A ascensão das questões ambientais, junto a avanços tecnocientíficos como o desenvolvimento da indústria de biotecnologia e novos mecanismos de financeirização, tornaram a região estratégica para o aproveitamento do chamado capital natural e o combate às crises climáticas (Becker, 2004). A biodiversidade da região, seus estoques hídricos e seu papel regulador nos ciclos climáticos são rerepresentados como elementos valiosos que devem ser considerados no cálculo econômico. Com isso, são identificados diversos serviços ecossistêmicos (ou serviços ambientais) que a Amazônia é capaz de prover e que devem ser estimados e monetizados para serem considerados nas políticas públicas e nas operações de mercado. Por exemplo, o estado do Acre criou em 2010 um sistema de serviços ambientais da Amazônia em que identifica as seguintes qualidades: sequestro, conservação, manutenção e aumento de estoque e diminuição do fluxo do carbono; conservação da beleza cênica natural; conservação da sociobiodiversidade; conservação das águas e dos serviços hídricos; regulação do clima; valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e conservação e melhoramento do solo (Furtado, 2018).

Assim, a Amazônia aparece novamente como um estoque de recursos. Mas agora dentro de um viés de aparência conservacionista ou ambientalista, em que manter a floresta de pé se torna um caminho de seu aproveitamento social e econômico. A imagem amazônica como um capital natural provedor de serviços ecossistêmicos não é evidentemente o único projeto atual em curso, e contrasta com outros desenvolvimentos na região. Gonçalves (2017) destaca como seguem projetos de utilização predatória dos recursos amazônicos, com grandes obras de infraestrutura para escoamento de recursos. Desde os anos 1990 são desenvolvidas iniciativas para a integração sul-americana, através da Iirsa/Cosiplan (Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-americana, do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento), que buscam construir grandes vias de escoamento de *commodities*, na ótica de reduzir custos de comércio para facilitar conexão da região com o comércio mundial.

O *boom* de *commodities* nos anos 2000 também impulsiona a expansão da fronteira agrícola sobre as florestas amazônicas, havendo também “substituição de atividades menos intensivas em capital, retroalimentando frentes de ocupação extensivas de novos espaços, bem como migrações para áreas urbanas”, como destacam Cruz e Lira (2025). Cresce o agronegócio e a monocultura no Matopiba⁵, e a ameaça mais recente é o iminente início de exploração de petróleo na margem equatorial, na bacia da foz do Amazonas.

Diante dessas complexas mudanças históricas nos processos de representação e apropriação da Amazônia, Gonçalves (2017) busca uma síntese ao apresentar quatro imaginários centrais sobre a região: (1) Amazônia como natureza; (2) Amazônia como vazio demográfico; (3) Amazônia como reserva e fonte inesgotável de recursos; e (4) Amazônia como região do futuro. São imagens que são construídas desde o período colonial e vem sendo reorganizadas para permitir novas dinâmicas locais e com o resto do país, em favor de um processo de acumulação nacional e internacional.

Ao apresentar as diversas imagens da Amazônia, buscamos delinear sua representação pelo capital, e como isso se transforma historicamente. Mais do que uma falsa representação do que é a Amazônia de fato, queremos debater aqui que essas imagens são fetiches. São imagens que abstraem a complexidade concreta da região e a reduzem a uma unidimensionalidade adequada ao capital, que pode ser integrada aos circuitos do valor. Portanto, não podem ser contestadas apenas moralmente, denunciadas apenas como uma falsa consciência da realidade.

Buscamos aqui delinear como essas imagens se entrelaçam com os distintos projetos de desenvolvimento históricos. Cumpre destacar que tais imaginários não dão conta da complexidade da Amazônia, seja em seus aspectos biofísicos (que, embora contemplados, são apreendidos pelas necessidades do capital), seja em seus complexos arranjos sociais. Os povos originários (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros, camponeses, etc.) pouco

⁵ Matopiba é um acrônimo para a região onde ocorre grande expansão da fronteira do agronegócio brasileiro desde os anos 1980, abrangendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

conseguem disputar estas narrativas, e são reiteradamente apagados e excluídos na “modernização da Amazônia”.

Assim, a Amazônia é um espaço em disputa. Mas queremos destacar a singularidade do momento contemporâneo, onde o projeto de conservação da natureza ganha força. Como veremos adiante, as possibilidades colocadas por esse ambientalismo são restritas, e devem ser compreendidas no contexto de avanço do neoliberalismo.

3. Neoliberalização da natureza e os serviços ecossistêmicos

O neoliberalismo é em geral investigado como um processo de reestruturação política e econômica de restauração do poder do capital através da precarização do trabalho e da financeirização, ensejando transformações nas relações sociais que reforçam a racionalidade de mercado como a forma central de organização. Um dos aspectos do neoliberalismo é como são transformadas as múltiplas relações sociais. Aqui, queremos investigar as transformações sobre a esfera da natureza, e os novos mecanismos de representação e apropriação que são desenvolvidos.

Um amplo debate na geografia crítica se desenvolveu nos anos 2000 para destacar o processo de neoliberalização da natureza⁶. Castree (2008) busca sintetizar os diversos apontamentos, destacando que as mudanças envolvem processos de privatização, mercantilização e desregulamentação da natureza, com o Estado se retirando de diversas áreas ambientais. A re-regulação favorece um tratamento privatista da natureza, seja entregando recursos e espaços para o setor privado, seja incorporando a lógica de

⁶ Estas abordagens promovem uma crítica às práticas contemporâneas de apreensão da natureza, através de uma vasta gama de estudos concretos. Para mencionar alguns, McAfee (2003) procurou revelar os esforços de mercantilizar o material genético de plantas e animais por corporações; Bakker (2004) analisou os processos de mercantilização da água na Europa; Mansfield (2004) investigou como a implementação de cotas de pesca no norte do Pacífico levou a processos de despossessão; Robertson (2000) analisou a mercantilização de serviços ecológicos de áreas úmidas nos EUA como forma de fomentar sua conservação. Lohman (2012; 2010) estudou a criação de mercados de carbono que estabelecem propriedades sobre a atmosfera como tentativa de controle da emissão de gases de efeito estufa.

mercado na atuação estatal. São construídos novos mecanismos regulatórios fora do aparelho estatal, sobretudo sob o controle de organizações da sociedade civil e que operam através de incentivos de mercado. Neste sentido, Bigger e Dempsey (2018) caracterizam a emergência de uma natureza neoliberal como uma transição de um sistema de governo para um de governança, onde mecanismos de mercado ganham proeminência, resultando num processo de despolitização (Felli, 2015).

Assim, análises como a de Neil Smith (2007) argumentam que a natureza tem se tornado a nova fronteira dinâmica para o capitalismo neoliberal, uma estratégia de acumulação. Embora a apropriação do capital sobre a natureza se intensifique no capitalismo contemporâneo, consideramos que essa formulação oculta elementos importantes. Na maior parte do debate, a natureza aparece como um campo sobre o qual o capital apenas se projeta, de maneira unidirecional. A natureza aparece como uma coisa, fixa, externa. Assim, estabelecem a natureza como um domínio separado que é transformado pelos processos sociais em curso, que ocorrem de maneira quase independente, como criticam Nelson (2017) e Robertson (2018). Como aponta Moore (2015), isso reflete a tradição perene no pensamento social de um dualismo cartesiano, que reproduz a separação da humanidade da natureza como algo natural. Assim, o caráter ecológico da relação capitalista perde espaço na análise.

Consideramos ser importante compreender os aspectos relacionais da natureza, que se desdobram na contradição dialética de sua materialidade e uma forma social (Cassegard, 2017). Portanto, consideramos importante uma abordagem mais relacional, que entenda como o neoliberalismo é produzido dentro de um quadro de luta de classes que engloba sociedade, natureza, recursos, ecologia, e tantos outros aspectos. Neste âmbito, a natureza não é apenas neoliberalizada, sendo privatizada e desregulada, embora o seja também. Mas é importante percebermos como “o processo socioecológico mais amplo da neoliberalização já é, em si, ecológico” (Huber, 2011).

A abordagem coisificada da natureza tem uma dupla limitação: primeira, a de negligenciar a dimensão ecológica constitutiva do neoliberalismo; e segunda, tratar a natureza como uma coisa fixa e autônoma, em vez de reconhecer seu caráter socialmente construído. Ao contrário da aparência imediata que apresenta a natureza como esfera autônoma e separada, vimos que Marx (2013; 2014; 2017) demonstra como o mundo capitalista não pode ser compreendido em sua mera manifestação fenomênica. O processo de fetichismo, mecanismo central na análise marxiana, opera precisamente ocultando as relações sociais que se cristalizam nas formas materiais concretas. Essa crítica ao dualismo cartesiano nos conduz a um debate fundamental sobre a representação social da natureza: sua contínua coisificação enquanto processo histórico dinâmico. Portanto, a análise deve considerar simultaneamente a gênese e transformação dessa forma social da natureza e suas articulações com as demais metamorfoses sociais em curso.

A constituição do próprio conceito de natureza, como este campo apartado autônomo, é histórica, mediação entre a permanente necessidade de abstração-valorização do capital e as lutas e resistências contra este processo. Portanto, o estudo da natureza deve investigar a processualidade desta aparência, como a sua complexidade é abstraída – uma abstração real, que produz sociabilidade, e necessária para recolocar os pressupostos do capital – em formas sociais antagônicas ao trabalhador, e como isso gera lutas e resistências.

Estabelecido o sentido de nossa abordagem, é importante retomar o processo histórico de representação da natureza que leva a esta forma contemporânea.

Se voltamos ao período do capitalismo do pós-guerra, vemos um sistema de acumulação intensiva de capital, amparado no fordismo e nos mercados de consumo de massa. E isso modifica a forma como a natureza era apropriada e participava da vida social. A própria dinâmica espacial do capitalismo do pós-guerra, com longos traslados entre casa e trabalho, uso generalizado de carros, criava uma série de necessidades que só se atendiam com produtos

intensivos em recursos naturais. É também o período em que se consolida a matriz fóssil do capitalismo, que nos coloca numa trajetória mais acelerada de emissão de gases de efeito estufa, central para compreender a crise ecológica contemporânea.

Moore (2015) destaca como o capitalismo do pós-guerra organizou não apenas o sistema de produção, mas também a reprodução social, se amparando na apropriação do que chama de natureza barata, isto é, recursos naturais a baixos custos. Como destaca Hirsch (1991), isso era assegurado através de um controle imperialista das fontes e mercados de matérias-primas pelas potências globais. À medida que se intensificava o sistema de consumo em massa do fordismo, maior era a destruição material consequente e maior a necessidade de intervenção do Estado, seja para regular a produção, seja para garantir novas fontes de recursos, coordenando o mercado mundial. Portanto, além de um pacto social, o capitalismo do pós-guerra ensejava um pacto ecológico (Huber, 2011).

Assim, o capitalismo do pós-guerra configurou uma relação particular com a natureza. Em seu centro, se impunha grande extração de recursos naturais e grande degradação. O paradigma fordista-keynesiano, com imperativo de sustentado crescimento econômico, se amparava em um meio ambiente ilimitado e disponível em suas funções como fonte e sumidouro (Nelson, 2017; Moore, 2015; Hirsch, 1991).

No entanto, este pacto social e ecológico começa a ruir quando se avolumam contradições nos anos 1970. Particularmente para nosso debate ecológico, a capacidade de gestão dos recursos naturais entra em disputa e será crescentemente contestada.

Por um lado, o consumismo como pacto social que compensava a crescente exploração é posto em xeque, com o crescimento dos movimentos de contracultura, que rejeitavam uma vida centrada na suntuosidade da aquisição de mercadorias. As condições ecológicas do fordismo transformaram tão radicalmente a natureza que suscitavam contestações. Os movimentos ecológicos ganharam força neste período, rejeitando o crescimento

desenfreado e os impactos da sociedade industrial (Nelson, 2017). Vitórias importantes neste campo contribuem para esta centralidade. Nos Estados Unidos, o lançamento do livro de Rachel Carson *Primavera Silenciosa*, em 1962, que denunciava os efeitos nocivos da indústria química de pesticidas sobre o meio ambiente, foi acompanhado de grande mobilização ambientalista, resultando no banimento do agrotóxico DDT no país. Em 1969, a explosão de uma plataforma de petróleo em Santa Bárbara com enormes impactos ambientais gerou mobilizações que restringiram novas explorações (Mitchell, 2010). O movimento antinuclear que ganhou força nos anos 1970 também é outro exemplo de mobilizações bem-sucedidas em influenciar as políticas energéticas nos principais países centrais. O movimento hippie, um expoente da contracultura no período, propunha uma vida mais harmônica, com a defesa do meio ambiente e rejeição ao consumismo (Smith, 2007).

Enquanto se questionava o consumo desenfreado do fordismo, a própria provisão de recursos é também contestada, no quadro de revolta contra o arranjo internacional do capitalismo do pós-guerra. Nelson (2017) reflete como a reconstrução do mercado mundial e o crescimento de multinacionais vão levar, a partir dos anos 1960, a movimentos de reação de governos nacionais. Na América Latina, por exemplo, isso se manifesta na radicalização do nacional-desenvolvimentismo e com uma onda de nacionalizações, que por sua vez ensejaram golpes militares conservadores e associados ao capital norte-americano (Nelson, 2017). Um momento fundamental da transição em curso é a crise do petróleo, que emerge não como um choque externo, mas como um desdobramento da instabilidade crescente do período (Colombini, 2021).

A consolidação da ideia de uma crise ambiental vai demandar que diversos campos se dediquem a esta questão e ofereçam algum tipo de resposta. A dificuldade de controlar recursos e a nova contestação aos impactos ecológicos do fordismo levaram a uma contraofensiva neoliberal (Nelson, 2017). Não era mais possível retratar a natureza como um estoque de recursos

amplamente disponíveis e maleáveis. Assim, começam a desdobrar debates que buscam incorporar a natureza nos cálculos econômicos, como forma de resposta aos desarranjos sociais.

É neste contexto que surge o paradigma dos serviços ecossistêmicos, ainda que de forma embrionária. No início dos anos 1960, é criada a Sociedade de Economia Ambiental (Society for Environmental Economics), buscando conscientizar sobre os impactos ecológicos, se amparando em tentativas de quantificar externalidades (Gomez-Baggethun *et al.*, 2010). Identificava-se um problema na economia convencional, da síntese keynesiano-neoclássica, que só mensurava o valor de elementos envolvidos em mercados capitalistas, onde, através da teoria do valor-utilidade, as preferências pudessem ser reveladas através do preço. Isso resultava em externalidades, como já abordava a economia pigouviana, o que era objeto de crescente preocupação.

A solução proposta pelo emergente campo da economia ambiental então era visibilizar o valor de espaços e dinâmicas não mercantilizadas, especialmente custos e benefícios da natureza, mas nas mesmas bases do valor utilidade, através de pesquisas que emulassem um mercado e assim descobrissem os preços ocultos de processos naturais⁷. A economia ecológica emergiria nos anos 1980 como uma crítica à economia ambiental, buscando ampliar a concepção estrita de valor. Baseando-se em concepções econômicas mais heterodoxas e nos avanços recentes de ecologia de sistemas, incorporava ideias da termodinâmica para entender como a economia se subordina à natureza, como um subsistema aberto que realiza trocas de energia, materiais e resíduos com os âmbitos sociais e ecológicos (Saes & Romeiro, 2018).

Como argumentam Gomez-Baggethun *et al.* (2010), as diferenças entre os dois campos às vezes são nubladas, pois, embora busque contestar alguns axiomas neoclássicos, a economia ecológica diversas vezes se ampara nas

⁷ Foram desenvolvidas técnicas diversas de valoração, desde utilização de serviços similares como proxys até simulações que envolviam questionários aplicados a populações locais, perguntando quanto as pessoas estariam dispostas a pagar para determinado “serviço” da natureza, por exemplo, a preservação de uma espécie (método de avaliação contingente) (Gomez-Baggethun *et al.*, 2010).

ferramentas da microeconomia marginalista para mensurar a sustentabilidade e avaliar políticas públicas. Para contestar a substitutibilidade de fatores da economia neoclássica (negando, portanto, que a natureza possa ser plenamente substituída pelo capital construído), a economia ecológica articula a ideia da natureza como um tipo de capital – capital natural, que desdobra serviços ecossistêmicos como benefícios subjetivos derivados das atividades vitais, entendidos como uma forma de rendimento.⁸ É uma formulação que se desenvolve em paralelo às teorizações sobre o capital humano. Assim, embora contestando o paradigma marginalista estrito, acaba recaindo na utilização de métricas econômicas convencionais para a representação da natureza⁹, retratando funções ecológicas complexas como serviços, reforçando o paradigma do utilitarismo instrumental neoclássico (Gomez-Baggethun *et al.*, 2010).

Já em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente Humano da ONU, se debatia como serviços da natureza poderiam ser explorados racionalmente para melhorar a condição de países periféricos. A contestação da gestão keynesiana dos recursos naturais no mercado mundial abria espaço para que este novo paradigma propiciasse um novo arranjo (Nelson, 2017). Nos anos 1990, a noção de serviços ecossistêmicos ganhará mais espaço e há um esforço para desenvolver técnicas de monetização destes serviços. Em 1997, um artigo seminal de Constanza *et al.* (1997) utiliza técnicas diversas de valoração para estimar o valor total do capital natural terrestre, chegando à cifra de US\$ 33 trilhões¹⁰, 1,8 vezes o PNB global à época, o que capturou a atenção do público e da mídia¹¹.

⁸ Saes e Romeiro (2018) destacam as disputas teóricas e metodológicas no âmbito do surgimento da economia ecológica, revelando um panorama de maior pluralidade.

⁹ Nelson (2015) aponta que este é certamente um campo de disputas, pois há várias formulações conflitantes de serviços ecossistêmicos.

¹⁰ Destaca-se que o estudo era uma leitura simplista que buscava valorar biomas diversos para depois multiplicar tais resultados pela área global dos ecossistemas.

¹¹ O artigo foi desacreditado na economia neoclássica convencional por buscar estimar um valor total, e não o ganho ou perda marginal de valor para cada unidade de serviço, sendo incoerente neste paradigma estipular um valor agregado de todo um ecossistema. Como destacam Dempsey e Robertson (2018), isso revela as disputas e dificuldades do capital de abstrair a complexidade dos processos naturais.

A partir daí, são cada vez mais organizados mecanismos de apropriação e mercantilização dos serviços ecossistêmicos. A natureza passa a ser enquadrada neste paradigma, como um conjunto de serviços ecossistêmicos. Os espaços ecológicos são avaliados por uma série de serviços que podem oferecer – água, captura de carbono, biodiversidade. O objetivo é mensurar e tornar comparáveis estes diversos serviços, para assim promover uma supostamente correta valoração da natureza. A proposta de serviços ecossistêmicos acaba por promover um ambientalismo neoliberal (Nelson, 2017; Furtado, 2015), em que a natureza pode ser preservada se seus serviços forem representados de forma capitalista para atrair investimentos de conservação. Como destacam Büscher *et al.* (2012):

Essas sugestões implicam a crença de que as equipes de ecologistas e economistas matemáticos podem combinar medidas de rentabilidade e de ecossistemas saudáveis em derivativos complexos para produzir resultados de conservação fundamentados, mesmo que a natureza que se pretende conservar esteja localizada em camadas não intuitivas de abstrações cada vez menos fundamentadas (p. 15, tradução nossa).

O paradigma de serviços ecossistêmicos permite que, na neoliberalização da natureza, a conservação se torne um elemento de destaque, ainda que através de sua mercantilização. A natureza será preservada se quantificada, abstraída, tornada comparável e calculável dentro da lógica de mercado, empacotada como um serviço ecossistêmico. Seus fluxos de renda futuras são monetizados, projetados e trazidos para valor presente, reificados como mercadorias na forma de ativos disponibilizados em crescentes mercados financeiros.

As ideias de capital natural e serviços ecossistêmicos foram uma resposta à falência da representação da natureza ilimitada que permeava a economia keynesiano-neoclássica e buscavam construir um paradigma que enquadrasse a contestação aos valores sociais do pós-guerra que a contracultura levantava (Nelson, 2017). Quando a externalização cartesiana aguda da natureza fordista se tornou cada vez mais implausível e indesejada no

contexto da crise do pós-guerra, uma nova forma de apreensão da natureza começa a ser disputada, forjada no avanço da sociabilidade neoliberal.

Compreender a natureza como um sistema de serviços que podem e devem ser valorados¹² é uma forma de permitir formas mais flexíveis de cálculo econômico que compreendem a natureza como um elemento intrínseco da reprodução econômica, incorporando as inquietações de então. Assim, a forma neoliberal da natureza não é uma extensão da lógica do neoliberalismo à natureza, mas é resultado de como as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas se imbricam na crise do pós guerra, e das saídas que foram construídas diante desta imbricação, dentro da emergência do paradigma neoliberal.

Evidentemente este reenquadramento não é revolucionário, mas, sim, um que, em meio às disputas, reforça e amplia a lógica capitalista em sua necessidade de mercantilizar a natureza. Agora não mais apenas como uma natureza barata estática¹³, mas como um conjunto de fluxos derivados de um capital natural que pode e deve ser estimado, suscitando esforços de conservação e um uso mais eficiente dentro dos circuitos capitalistas. Assim, esta forma contemporânea da natureza reforça também o núcleo do neoliberalismo em que as leis de mercado são elevadas à racionalidade máxima organizadora das mais diversas esferas da vida – e do mundo natural.

Considerações finais

Após essa longa retomada histórico-teórica, é necessário conectar os pontos. Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar como a representação da Amazônia não é um reflexo de sua realidade material, mas uma construção histórica de imagens que cristalizam as dinâmicas de acumulação

¹² Valoração entendida como o processo de monetização/precificação dentro de técnicas da economia convencional.

¹³ Embora novos mecanismos sejam mobilizados para rebaixar os custos dos insumos naturais. Ver, por exemplo, como Colombini (2021) destaca que a financeirização do setor de petróleo foi operada nos anos 1980 para controlar os preços.

capitalista e as relações de poder que as sustentam. São fetiches que permitem a reprodução da sociabilidade capitalista na região. Desde as narrativas coloniais de El Dorado até a contemporânea mercantilização dos serviços ecossistêmicos, a Amazônia tem sido incessantemente reimaginada como um espaço a ser explorado, integrado ou preservado, conforme os interesses dominantes em cada época. No entanto, como argumentamos, essas representações não são simples distorções ideológicas, mas formas que reificam relações sociais alienadas, convertendo a complexidade amazônica em abstrações funcionais ao capital.

O fetichismo da natureza, tal como o fetichismo da mercadoria, não é uma mera ilusão a ser desvendada, mas uma forma social necessária à reprodução do capitalismo. A separação entre humanidade e natureza, a redução da floresta a um estoque de recursos ou a um conjunto de serviços ecossistêmicos e a invisibilização dos povos tradicionais são processos ativos que permitem a dominação e a acumulação. A Amazônia, portanto, não é apenas vítima de uma falsa consciência, mas um território onde se materializam as contradições mais agudas do metabolismo social capitalista.

A emergência do paradigma dos serviços ecossistêmicos, no contexto do neoliberalismo, representa uma nova fase nesse processo. Ao transformar funções ecológicas em ativos financeiros, esse modelo não apenas reforça a mercantilização da natureza, mas também aprofunda sua financeirização, subordinando a conservação ambiental à lógica do valor. Apesar de seu discurso sustentável, essa abordagem não questiona as bases estruturais da crise ecológica, antes as reproduz sob novas formas, agora sob o signo da “economia verde”. A Amazônia, mais uma vez, é reduzida a uma forma de natureza capitalista – desta vez não apenas como fonte de matérias-primas, mas como provedora de créditos de carbono, biodiversidade patenteável e outros mecanismos de valorização fictícia.

No entanto, essa representação hegemônica não é incontestável. A resistência dos povos indígenas, seringueiros, quilombolas e outras comunidades tradicionais evidencia que a Amazônia não é um espaço vazio ou um mero

recurso, mas um território vivo, moldado por relações sociais e ecológicas complexas. Suas lutas apontam para a possibilidade de outras sociabilidades, que desafiam a lógica fetichizada do capital e reafirmam a região e a própria natureza como relação, não como coisa.

Assim, a crítica ao fetiche amazônico não se encerra na denúncia de suas representações dominantes, mas exige uma reflexão sobre as alternativas que emergem das resistências concretas. Se o capitalismo transforma a natureza em mercadoria, a emancipação passa necessariamente pela desmercantilização das relações sociais e ecológicas, pela reapropriação coletiva dos meios de vida e pelo reconhecimento da Amazônia como um espaço de múltiplos mundos, não de um único projeto de acumulação. Romper com o fetiche amazônico significa, portanto, não apenas desvelar as abstrações que o sustentam, mas construir, nas fissuras do sistema, outras formas de habitar e significar a floresta – para além da lógica que a reduz a um epifenômeno do capital.

Referências

- BAKKER, Karen J. *An uncooperative commodity: Privatizing water in England and Wales*. Oxford University Press, 2004.
- BATISTA, IMSA. A “Natureza” amazônica: dos mitos edênicos à reserva de capital natural. *Simpósio Nacional de História*, v. 27, 2013.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Editora Garamond, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (Orgs.). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. *Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas*. Santiago, jul. 2005.
- BIGGER, Patrick; DEMPSEY, Jessica. The Ins and Outs of Neoliberal Nature. *Environment and Society*, v. 9, n. 1, p. 25-40, 2018.
- BÜSCHER, Bram et al. Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation. *Capitalism Nature Socialism*, v. 23, n. 2, p. 4-30, 2012.
- CAMELY, Nazira Correia. *A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o estado do Acre*. UFF (tese de doutorado em geografia) 2009.
- CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-230, 2011.
- CASSEGÅRD, Carl. Eco-Marxism and the critical theory of nature: two perspectives on ecology and dialectics. *Distinktion: Journal of social theory*, v. 18, n. 3, p. 314-332, 2017.
- CASTREE, Noel. *Making Sense of Nature*. London: Routledge. 2013.
- CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 282, n. 1812, p. 20150813, 2015.
- COLOMBINI, Iderley. Oil and Financialization: Another Relation. *International Critical Thought*, v. 11, n. 2, p. 232-251, 2021.
- CONSTANZA, Robert et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 387, p. 253-260, 1997.
- CRUZ, Benedito Ely Valente da; LIRA, Andréia dos Santos. Amazônia na Encruzilhada: Fronteira de recursos ou capital natural: que caminho seguir? *Revista GeoAmazônia*, v. 13, n. 25, p. 423-437.
- DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's “enclosures”. *The commoner*, v. 2, n. 1, p. 1-22, 2001.
- DEMPSEY, Jessica; ROBERTSON, Morgan M. Ecosystem services: Tensions, impurities, and points of engagement within neoliberalism. *Progress in human geography*, v. 36, n. 6, p. 758-779, 2012.
- FELLI, Romain. Environment, not planning: the neoliberal depoliticisation of environmental policy by means of emissions trading. *Environmental Politics*, v. 24, n. 5, p. 641-660, 2015.
- FURTADO, Fabrina. A construção da natureza e a natureza da construção: políticas de incentivo aos serviços ambientais no Acre e no Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 1, p. 123-147, 2018.
- GOMEZ-BAGGETHUN, Erik; et al. The history of ecosystem services in economic theory and practice. *Ecological Economics*, v. 69, n. 6, p. 1209-1218, 2010.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. [S. l.]: Consequência, 2017.
- GRAEBER, David; WENGROW, David. *The dawn of everything: A new history of humanity*. Penguin UK, 2021.

GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

HIRSCH, Joachim. Fordism and Post-Fordism. *Capital & Class*, v. 15, n. 2, p. 119-138, 1991.

HUBER, M. T. Oil, Life, and the Fetishism of Geopolitics. *Capitalism Nature Socialism* 22 (3): 32-48, 2011.

LOHMANN, Larry. Neoliberalism and the calculable world: The rise of carbon trading. In: Kean Birch and Vlad Mykhnenko, *The rise and fall of neoliberalism: The collapse of an economic order?* Londres: Zed books, 2010.

MANSFIELD, Becky. Rules of privatization: contradictions in neoliberal regulation of North Pacific fisheries. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 3, p. 565-584, 2004.

MARQUES, Gilberto de Souza et al. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRRJ. Seropédica, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 4ª ed. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1) [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 2) [1884]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 3) [1894]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MCAFEE, Kathleen. Neoliberalism on the molecular scale. Economic and genetic reductionism in biotechnology battles. *Geoforum*, v. 34, n. 2, p. 203-219, 2003.

MITCHELL, Timothy. The resources of economics: making the 1973 oil crisis. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 189-204, 2010.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Verso Books, 2015.

NELSON, Sara Holiday. *Neoliberal environments: Crisis, counterrevolution, and the nature of value*. Tese (Doutorado em geografia). University of Minnesota, 2017

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RECH, Lucas; BARRETO, Helena; SILVA, Cintia Riquele. François Quesnay na Teia da Vida: um apontamento preliminar dos problemas teóricos na obra de Jason Moore. In: *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia Política*, Marabá. SEP, 2024.

ROBERTSON, M. No net loss: wetland restoration and the incomplete capitalization of nature. *Antipode*, v. 32, n. 4, p. 463-493, 2000.

ROBERTSON, M. Flexible nature: Governing with the environment in the development of US neoliberalism. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 108, n. 6, p. 1601-1619, 2018.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África?* Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2022

SAES, Beatriz Macchione; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O debate metodológico na economia ecológica: indefinição ou pluralismo? *Nova Economia*, v. 28, p. 127-153, 2018.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, v. 43, 2007.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; FERRAZ, Lucas Paiva. Acumulação por espoliação e atividade agropecuária na Amazônia brasileira. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 67, p. 43-77, 2023.